



Ofício CG 005/2026

Belo Horizonte, 09 de fevereiro de 2026

*À Sua Excelência o Senhor
Paulo de Tarso Moraes Filho
Procurador-Geral de Justiça
Ministério Público do Estado de Minas Gerais*

Assunto: Encaminha pauta de reivindicações 2026 – solicita a presença do PGJ na próxima reunião da Mesa de Negociação Permanente – SINDSEMPMG-ADM SUPERIOR

Excelentíssimo Senhor,

O Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, cumprimentando-o cordialmente, comunica que foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da categoria no último dia 07 de fevereiro de 2026, visando a formação de lista de reivindicações da categoria para implementação de seus direitos.

A Assembleia é o espaço máximo de deliberação democrática dos filiados e expressão dos anseios e das expectativas do conjunto dos servidores da nossa Instituição.

Dos debates realizados durante o encontro e das demandas trazidas nesse ofício, extrai-se que há uma insatisfação muito grande de todos quanto: a) à ausência de resposta efetiva e de solução concreta para o travamento da carreira, o que levou inclusive à necessidade de judicialização da demanda, como é do conhecimento dessa Administração; b) à falta de recomposição adequada dos auxílios pagos aos servidores, inclusive com quebra de simetria de tratamento dos servidores do MPMG com o TJMG; c) à recusa dessa PGJ de conciliar uma jornada de trabalho que preserve a necessidade institucional de produtividade com a saúde física e mental dos trabalhadores; d) à insensibilidade demonstrada diante da negativa de se implantar um programa de imunização do quadro de trabalhadores da Instituição, o que teria, inclusive, impacto benéfico direto sobre a produtividade, assiduidade e qualidade dos serviços prestados pelos servidores; e outros.

Nada obstante, estamos convencidos de que tais desafios podem e devem ser superados pelo diálogo respeitoso e propositivo de ambas as partes, de maneira que submetemos à apreciação de Vossa Excelência o conjunto das nossas reivindicações na expectativa de que esta Procuradoria-Geral de Justiça se sensibilize com as questões inerentes aos servidores e apresente posições concretas para o deslinde dos temas a seguir (anexo) – se não de todos, ao menos sobre os mais relevantes para a categoria, como carreira, auxílios, jornada de trabalho e saúde física e mental.



Por fim, está prevista reunião da Mesa de Negociação Permanente, na qual têm assento a Diretoria do SINDSEMPMG e a Administração Superior do *Parquet*, no próximo dia 13 de março, às 14 horas, momento em que gostaríamos de obter respostas concretas aos pleitos realizados. Na oportunidade, solicitamos ainda a presença de Vossa Excelência, evitando-se que deliberações importantes tenham que ser postergadas em virtude de eventual limitação na autonomia dos demais integrantes da atual gestão na reunião.

Sem mais para o momento, aguardamos resposta, enquanto renovamos nossa estima e consideração.

Respeitosamente,

Fanny Ferreira Melo
Coordenadora-Geral



Anexo

Demandas – 2026

- 1) Aprovação Data-Base 2025 em tramitação na Assembleia Legislativa
 - a) *Pagamento dos retroativos da DB2025, após a sua aprovação*
- 2) Encaminhamento, aprovação e pagamento da Data-Base 2026
- 3) Reposição das perdas inflacionárias ocorridas no período de 2014 a 2017 e que não foram cobertas pelas leis aprovadas de Data-Base daqueles referidos anos
- 4) Destravamento da carreira, adotando-se as seguintes medidas para minorar os danos já causados aos servidores
 - a) *Retificar editais de PV 2025 acrescentando vagas para oficiais na classe B, e ofertando mais vagas para a promoção em todas as classes subsequentes.*
 - b) *Publicar editais de promoção vertical 2026 dentro do prazo previsto em resolução com mais vagas para a promoção em todas as classes subsequentes.*
 - c) *Caso o PGJ não concorde com as medidas anteriores, que apresente alternativa própria*
- 5) Abertura de concurso para analistas e oficiais para reposição do quadro de aposentados, exonerados e falecidos
- 6) Implementação de programa de saúde mental
- 7) Regulamentação da prevenção e do combate a todas as formas de violência e assédio no ambiente do trabalho
 - a) *Aplicação da Convenção 190/2019 da Organização Internacional do Trabalho no âmbito do MPMG*
- 8) Criação de programa de imunização anual de servidores
- 9) Retomada da Jornada de Trabalho de 30 horas semanais
- 10) Pagamento de remuneração diferenciada por serviços extraordinários
 - a) *Serviço Eleitoral*
 - b) *Plantões de final de ano*
 - c) *Plantões de finais de semana e feriados*
 - d) *Acúmulo de acervo (a exemplo dos membros)*
 - e) *Outros não descritos acima*
- 11) Detalhamento financeiro e cronograma de desembolso/pagamento de todas as verbas retroativas e indenizatórias em atraso



- a) *Férias regulamentares*
 - b) *Férias prêmio*
 - c) *Data-Base*
 - d) *Promoções e progressões*
 - e) *Direitos pretéritos já reconhecidos*
 - i) Férias prêmio por atuação na Administração Pública Indireta
 - ii) Quinquênio por atuação na Administração Pública Indireta
 - iii) ADEs de outros órgãos e do próprio MPMG (verificar se há resíduos a serem liberados)
 - f) *Outros não descritos acima*
- 12) Encaminhamento de Proposta de Lei para a ALMG regularizando verbas que estejam previstas apenas em ato normativo do PGJ (atendendo à determinação do Ministro do STF Flávio Dino)
- a) *Vale Lanche*
 - b) *Auxílio Creche especial*
 - c) *Outros não descritos acima*
- 13) Pagamento de valores devidos de quinquênios, trintenários e férias-prêmio aprovados pela Lei Complementar 226/2026, referentes aos anos de 2020 e 2021
- 14) Atendimento de demandas específicas dos servidores com atuação nos GAECOs em Minas Gerais
- 15) Requerer a utilização das vagas decorrentes de aposentadorias, exonerações e falecimentos de servidores, ocorridas desde 2016, para incremento do número de vagas nas classes posteriores das carreiras
- 16) Pagamento de valores devidos aos servidores que tiveram ADEs de outros órgãos reconhecidos pela Administração Superior, a partir da publicação da Emenda Constitucional 111/2022.